



CÂMARA DOS DEPUTADOS

PROJETO DE LEI N.º 1.104, DE 2024

(Do Sr. Alexandre Lindenmeyer)

Altera a Lei nº 9.099/95, que dispõe sobre os Juizados Especiais Cíveis e Criminais e dá outras providências, para modificar a nomenclatura de Juiz Leigo para Juiz de Instrução.

DESPACHO:

À COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA E DE CIDADANIA
(MÉRITO E ART. 54, RICD)

APRECIÇÃO:

Proposição Sujeita à Apreciação Conclusiva pelas Comissões - Art. 24 II

PUBLICAÇÃO INICIAL

Art. 137, caput - RICD

PROJETO DE LEI Nº , DE 2023

(Do Sr. ALEXANDRE LINDENMEYER)

Altera a Lei nº 9.099/95, que dispõe sobre os Juizados Especiais Cíveis e Criminais e dá outras providências, para modificar a nomenclatura de Juiz Leigo para Juiz de Instrução.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Esta Lei modifica os artigos 7º, 21, 22, 24, 37, 40 e 60 da Lei nº 9.099/95, que dispõe sobre os Juizados Especiais Cíveis e Criminais e dá outras providências, para modificar a nomenclatura de Juiz Leigo para Juiz de Instrução.

Art. 2º Os artigos 7º, 21, 22, 24, 37, 40 e 60, da Lei nº 9.099/95, passam a vigorar com as seguintes alterações:

“Art. 7º Os conciliadores e Juízes de Instrução são auxiliares da Justiça, recrutados, os primeiros, preferentemente, entre os bacharéis em Direito, e os segundos, entre advogados com mais de cinco anos de experiência.

Parágrafo único. Os Juízes de Instrução ficarão impedidos de exercer a advocacia perante os Juizados Especiais, enquanto no desempenho de suas funções. ” (NR)

“Art. 21. Aberta a sessão, o Juiz togado ou de instrução esclarecerá as partes presentes sobre as vantagens da conciliação, mostrando-lhes os riscos e as consequências do litígio, especialmente quanto ao disposto no § 3º do art. 3º desta Lei. ” (NR)

“Art. 22. A conciliação será conduzida pelo Juiz togado ou de instrução ou por conciliador sob sua orientação.

(...)” (NR)



“Art. 24. Não obtida a conciliação, as partes poderão optar, de comum acordo, pelo juízo arbitral, na forma prevista nesta Lei.

§ 1º (...)

§ 2º O árbitro será escolhido dentre os juízes de instrução. ”

(NR)

“Art. 37. A instrução poderá ser dirigida por Juiz de Instrução, sob a supervisão de Juiz togado. “ (NR)

“Art. 40. O Juiz de instrução que tiver dirigido a instrução proferirá sua decisão e imediatamente a submeterá ao Juiz togado, que poderá homologá-la, proferir outra em substituição ou, antes de se manifestar, determinar a realização de atos probatórios indispensáveis. “ (NR)

“Art. 60. O Juizado Especial Criminal, provido por juízes togados ou togados e de instrução, tem competência para a conciliação, o julgamento e a execução das infrações penais de menor potencial ofensivo, respeitadas as regras de conexão e continência.

(...)“ (NR)

Art. 3º O Capítulo II, Seção II da Lei nº 9.099/95, que dispõe sobre os Juizados Especiais Cíveis e Criminais e dá outras providências, passa a vigorar com a seguinte redação:

“Seção II

Do Juiz, dos Conciliadores e dos Juízes de Instrução”

Art. 4º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

JUSTIFICAÇÃO

A Lei nº 9.099, de 26 de setembro de 1995, conhecida como Lei dos Juizados Especiais Cíveis e Criminais, estabeleceu um sistema de justiça simplificado para causas de menor complexidade.



Nesse sistema, os juízes “leigos”, que são advogados com notório saber jurídico, auxiliam os juízes togados no julgamento das causas.

A nomenclatura de juiz “leigo”, no entanto, é pejorativa, uma vez que sugere que o juiz não é um profissional qualificado. Isso pode causar descrédito no sistema de justiça, além de prejudicar a atuação dos juízes de instrução.

Por isso, este projeto de lei altera a nomenclatura de juiz “leigo” para juiz de instrução. Essa mudança é justificada pelos seguintes argumentos:

a) A nomenclatura de juiz de instrução é mais neutra e não sugere qualquer qualificação inferior do juiz;

b) A nomenclatura de juiz de instrução é mais condizente com a sua verdadeira função no julgamento das causas;

c) A nomenclatura de juiz de instrução é mais coerente com o sistema de justiça brasileiro, que reconhece o advogado como um profissional qualificado.

Este projeto de lei é resultado da conjunção de esforços da Associação de Assistência aos Auxiliares da Justiça do Rio Grande do Sul e os Juízes Leigos do Estado do Rio Grande do Sul, pois acreditam que esta mudança é importante para a melhoria do sistema de justiça brasileiro.

Sala das Sessões, em de de 2023.

Deputado ALEXANDRE LINDENMEYER

2023-18383





CÂMARA DOS DEPUTADOS
CENTRO DE DOCUMENTAÇÃO E INFORMAÇÃO – CEDI
Coordenação de Organização da Informação Legislativa – CELEG

**LEI Nº 9.099, DE 26
DE SETEMBRO
DE 1995**

<https://normas.leg.br/?urn=urn:lex:br:federal:lei:1995-09-26;9099>

FIM DO DOCUMENTO